



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### REQUERIMENTO N° DE 2023

Requer a realização de Audiências Públicas para debater a repactuação do acordo judicial referente ao rompimento da barragem do Fundão, ocorrido no município de Mariana, que impactou toda bacia hidrográfica do Rio Doce, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 58, § 2º, II, da CF e nos arts. 24, III, e 255 do Regimento Interno, a realização, por esta Comissão Externa, de Audiências Públicas para debater a repactuação do acordo judicial referente ao rompimento da barragem do Fundão, ocorrido no município de Mariana, que impactou toda bacia hidrográfica do Rio Doce, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Para tanto, requeiro que sejam convidados representantes das seguintes instituições:

- Casa Civil da Presidência da República;
- Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República;
- Advocacia-Geral da União;
- Ministério de Minas e Energia;
- Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas;
- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;
- Ministério da Saúde;
- Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;
- Assembleia Legislativa de Minas Gerais;
- Governo do Estado de Minas Gerais;
- Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais;
- Assembleia Legislativa do Espírito Santo;
- Governo do Estado do Espírito Santo;





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo;
- Conselho Nacional de Justiça;
- Ministério Público Federal;
- Ministério Público de Minas Gerais;
- Ministério Público do Espírito Santo;
- Defensoria Pública da União;
- Defensoria Pública de Minas Gerais;
- Defensoria Pública do Espírito Santo;
- Prefeitura Municipal de Mariana;
- Câmara Municipal de Mariana;
- Prefeitura Municipal de Ouro Preto;
- Prefeitura Municipal de Governador Valadares;
- Câmara Municipal de Governador Valadares;
- Comissões de Atingidos pela Barragem de Fundão;
- Movimento dos Atingidos por Barragens;
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;
- Movimento pela Soberania Popular na Mineração;
- Fórum Permanente em Defesa da Bacia do Rio Doce;
- Cáritas Regional Minas Gerais;
- Arquidiocese de Mariana;
- Comissão para o Meio Ambiente da Província Eclesiástica de Mariana;
- Comissão Pastoral dos Pescadores;
- Comissão Pastoral da Terra;
- Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens;
- Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social;
- Instituto Guaicuy,
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada de Minas Gerais;
- Associações de Pescadores;
- Fundação Renova;
- Samarco Mineração;
- Vale S.A.;
- BHP Billiton;
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce;
- Observatório Rio Doce.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### JUSTIFICAÇÃO

O rompimento da barragem de Fundão, da Samarco Mineração, ocorrido em 5/11/2015 na Mina de Germano, em Mariana/MG, deixou 19 mortos e provocou imenso impacto econômico, social e ambiental no vale do rio Doce, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Esta tragédia é considerada o maior desastre ambiental do Brasil.

O acordo judicial realizado com mineradora Samarco em 2016 previu a instituição da Fundação Renova com objetivo de promover medidas reparatórias e compensatórias, socioambientais e socioeconômicas. Todavia, considerando a lentidão na adoção dessas medidas, a insatisfação social e os desdobramentos judiciais após o rompimento da barragem em Brumadinho, está em curso um intenso processo de negociação para repactuação judicial do acordo.

Na legislatura passada (56<sup>a</sup> – 2019/2022) funcionou nesta Casa a Comissão Externa do Rompimento da Barragem do Fundão (CexBarra), instalada em 7/12/2021 e com relatório final aprovado em 8/6/2022, consolidando sugestões importantes em 56 eixos norteadores, bem como efetuadas 84 recomendações gerais para as diversas instituições públicas envolvidas na repactuação.

Com intuito de continuar contribuindo para dar maior transparência à repactuação do acordo, buscando consenso entre as partes envolvidas e assegurando que os atingidos sejam por ele reconhecidos e amparados, requeiro a realização de audiências públicas para debater a repactuação do acordo judicial referente ao rompimento da barragem do Fundão.

Sala da Comissão, em                      de fevereiro de 2023.

**Rogério Correia**  
Deputado Feral  
PT/MG

